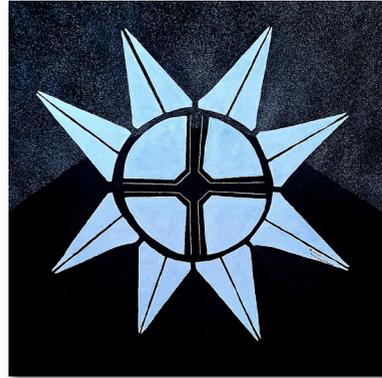


Feminismo e marxismo: teoria da reprodução social em Lise Vogel

IVI VASCONCELOS ELIAS

RESUMO: O lugar do trabalho reprodutivo no capitalismo e sua relação com a opressão das mulheres suscitou controvérsias entre feministas e marxistas ao longo da história. O artigo se propõe a examinar essas divergências a partir da Teoria da Reprodução Social (TRS) introduzida por Lise Vogel nos anos 1980 e revitalizada no contexto neoliberal contemporâneo. Serão analisadas como contribuições principais da TRS a ampliação da teoria marxista do valor e a proposição de uma totalidade unitária.



PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, Marxismo, Teoria da Reprodução Social, Lise Vogel.

Feminism and marxism: theory of social reproduction in Lise Vogel

ABSTRACT: The place of reproductive work in capitalism and its relationship with the oppression of women has sparked controversies among feminists and Marxists throughout history. This article aims to examine these divergences from the perspective of the Social Reproduction Theory (SRT) introduced by Lise Vogel in the 1980s and revitalized in the contemporary neoliberal context. The main contributions of the SRT to be analyzed are the expansion of the Marxist theory of value and the proposition of a unitary totality.

KEYWORDS: Feminism, Marxism, Social Reproduction Theory, Lise Vogel.

IVI VASCONCELOS ELIAS

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ), com mestrado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e graduação em Relações Internacionais pela Universidade Vila Velha e em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo.
E-mail: ivi.v.elias@gmail.com

DATA DE ENVIO: 15/10/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 05/09/2024

1 Introdução

O modo de produção capitalista promoveu a forma de trabalho assalariado e trouxe novas formas de disciplinamento de corpos. A concepção dominante de trabalho passou a se destinar à produção de mercadorias e obtenção de lucro. Nessas condições, o trabalho relativo à manutenção das condições de vida é separado e subsumido à dinâmica do trabalho realizado para conseguir um salário, meio de pagamento que torna possível ter acesso ao necessário para a sobrevivência. A distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo é, então, construída e reforçada no tempo e no espaço organizando a vida dos trabalhadores. Essa separação não faz com que o trabalho não pago deixe de ser relevante, mas faz com que a sobrevivência passe a depender do acesso a um salário. A reprodução cotidiana da vida é relegada ao âmbito privado, doméstico, organizado em famílias nucleares e realizada primordialmente por mulheres que trabalham gratuitamente nas tarefas domésticas e de cuidado. A lógica entre vida e trabalho é invertida: viver para trabalhar e não trabalhar para viver.

Em suas análises, as feministas desafiam concepções dominantes do trabalho afirmando a importância do trabalho desempenhado pelas mulheres e sua competência para ocupar outros espaços. Nessa linha, argumentam que o trabalho doméstico e de cuidado contribui para a produção de riqueza geral da população questionando o foco no trabalho assalariado. No entanto, a relação entre as considerações feministas e o campo marxista é marcada por divergências que foram descritas pela metáfora casamentos e divórcios (Hartmann, 1981; Arruzza, 2010). Aspectos polêmicos dessa relação incluem a chamada “questão da mulher” pela qual a libertação da mulher era vista como secundária à luta de classes. Outra controvérsia gira em torno do lugar do trabalho reprodutivo no capitalismo, ou seja, de que forma esse trabalho contribuiria para o funcionamento do modo de produção.

O presente artigo se debruça sobre essa problemática buscando analisar a Teoria da Reprodução Social (TRS), formulada nos anos 1980 por Lise Vogel (2013) em sua obra seminal *Marxism and the Oppression of Women*, publicada originalmente em 1983. Nesse livro, Vogel revisita os escritos de Marx em busca de ferramentas

teóricas para compreender a produção da mercadoria mais valiosa: a própria força de trabalho. A autora procura desenvolver o “elo perdido” de Marx, ao incorporar a opressão das mulheres nas categorias de análise do capitalismo. Neste artigo, a proposta não é proceder a uma análise da produção acadêmica de Vogel, mas sim o legado específico dessa contribuição, reconhecida como um marco para a TRS. Esse trabalho foi revitalizado, especialmente após a crise econômica de 2008, por diversas autoras que argumentam que a reprodução social é uma chave essencial para compreender as contradições inerentes ao modo de produção capitalista (Ferguson, 2020).

A TRS inova trazendo duas contribuições importantes para o campo marxista: a expansão da teoria do valor levando em conta as diversas formas de opressão e diferenciação da classe trabalhadora e a renovação da concepção de totalidade social para abranger as esferas produtiva e reprodutiva em uma concepção unitária. Por essa visão, a separação entre as esferas pública e privada e entre trabalho produtivo pago e trabalho produtivo não-pago são apenas formas de aparência que escondem a essência interdependente dessas divisões.

A primeira seção examina as principais questões abordadas pelo feminismo em relação ao trabalho. Em seguida, é apresentada a perspectiva de Lise Vogel, conforme articulada em sua obra seminal de 1983, na qual ela busca conectar as esferas reprodutiva e produtiva. Além disso, a renovação da TRS após a crise financeira de 2008 é discutida. Por fim, serão exploradas as contribuições da TRS para a teoria do valor e o conceito de totalidade unitária.

2 A opressão das mulheres no capitalismo: debates sobre trabalho

O estudo das condições de trabalho e opressão das mulheres coube, em larga medida, às próprias mulheres com algumas poucas exceções. Contribuições clássicas de autores como Friedrich Engels (2010) e Auguste Bebel (1910) deixaram essa ausência ainda mais aguda tendo em vista que contribuíram com a elaboração da chamada “questão da mulher”, muito presente na

tradição socialista, pela qual a emancipação da mulher é atrelada à libertação da classe trabalhadora de forma geral.

Autoras como Alexandra Kollontai (2017) e Clara Zetkin (2015) escreveram sobre as condições específicas de opressão da mulher e reconheceram que a experiência de opressão das mulheres variava de acordo com a classe. Ambas eram mais engajadas no debate prático para enraizar a luta pela igualdade do feminismo em conjunto à luta socialista. Mesmo avançando entendimentos mais complexos, convergiam na ideia de que o horizonte socialista representava a verdadeira emancipação da mulher.

De forma geral, a chamada “questão da mulher” obliterou uma compreensão da situação de opressão específica da mulher, tida como secundária, e motivou uma relação tensa do feminismo com a esquerda e os movimentos de trabalhadores que seguiam o pensamento marxista e revolucionário. Pode-se observar nessas perspectivas iniciais uma dificuldade de tratar teoricamente o tema da opressão das mulheres. Como resultado, a “questão da mulher” torna-se distinta e separada da questão de classe, postura que predominou por muito tempo na militância socialista (Arruzza, 2010; Ferguson, 2020).

O ingresso da mulher na força de trabalho assalariada é visto como uma libertação pela qual as mulheres poderiam escolher se gostariam de ser mães e esposas. Não há, portanto, uma análise da relação entre trabalho pago e não-pago na dinâmica do capitalismo. Em 1969, temos a primeira tentativa de teorizar o trabalho doméstico das mulheres como parte integral da economia política do capitalismo. Margaret Benston (2019 [1969]) defendeu a existência de uma base material para a discriminação da mulher que estaria na sua exclusão da economia monetária capitalista. As mulheres não seriam somente discriminadas, mas também exploradas no capitalismo tendo em vista que desempenham trabalho gratuito e lucrativo para os donos dos meios de produção. O trabalho de Benston, ao considerar o trabalho doméstico parte integral da economia, trouxe a elaboração de um *framework* analítico que deu novo significado para a experiência das mulheres (Ferguson; McNally, 2013).

O resultado desses andamentos teóricos foi que as feministas socialistas começaram a se engajar com a crítica da economia política do trabalho doméstico não-pago das mulheres dando origem ao chamado “debate sobre o trabalho doméstico”. No contexto dos anos 1970 isso significou que, pela primeira vez, o feminismo pressupunha a falta de identificação com a reprodução e partia da premissa que o trabalho doméstico consistia na exploração da mulher (Federici, 2019). A questão principal desse debate foi tentar responder como o trabalho doméstico não-pago da mulher contribui para o processo de geração de mais-valor no capitalismo, buscando compreender o funcionamento da base material de opressão das mulheres. Esse debate chamou a atenção para as especificidades da questão da mulher que não poderiam ser submetidas à questão da luta de classes. Sendo assim, o patriarcado emerge como uma estrutura importante para entender a opressão das mulheres. Restou, então, o desafio de dar sentido à relação entre patriarcado e capitalismo que aparecem como dois sistemas distintos.

O saldo das experiências de militância dos anos 1960 e 1970, porém, foi de descrença com a possibilidade de conjugar marxismo e feminismo. O surgimento de uma nova esquerda não trouxe mudanças fundamentais na forma como as mulheres eram consideradas. Mediante a continuidade da lógica sexista, as mulheres sentiram a necessidade de elaborar as bases de sua própria opressão e trabalhar pela tomada de consciência em relação ao sexismo (Sargent, 1981). Para Arruzza (2010, p. 78), o que restava às mulheres era o divórcio entre o feminismo e os outros movimentos da época. Nesse processo, muitas abandonaram as organizações de esquerda privilegiando dinâmicas de discussão de experiências entre mulheres e elaborações teóricas sobre o conceito de patriarcado e seus efeitos.

Essa separação abriu espaço para teorias que buscassem conciliar feminismo e marxismo a partir da teoria dos sistemas duais. Tal perspectiva buscou aplicar categorias marxistas no intuito de demonstrar que patriarcado e capitalismo constituiriam sistemas distintos, paralelos e autônomos que funcionariam de acordo com

sua própria dinâmica de poder baseada, respectivamente, em gênero e classe (Hartmann, 1981).

A base material do patriarcado é o controle da força de trabalho feminina e os homens manteriam esse controle impedindo o acesso das mulheres a recursos produtivos. As relações patriarcais, portanto, não seriam confinadas à família, mas estão no mercado de trabalho e em outras instituições sociais. Porém, se patriarcado e capitalismo se manifestam nas mesmas instituições sociais e econômicas, é difícil sustentar que pertençam a um sistema duplo. Para tanto, seria necessário explicar o patriarcado como um sistema distinto de produção. Além disso, se uma das bases materiais do patriarcado está em impedir o acesso de mulheres a recursos produtivos, então, as relações patriarcais estão inscritas nas relações de produção. Como nos diz Arruzza (2017, p. 43), recorrer à noção de modos de produção patriarcal, racial ou sexual-afetivo para explicar a persistência sistêmica de formas de discriminação no capitalismo equivale a um *deus ex machina* teórico ou a tomar como pressuposto aquilo que se pretende explicar. Longe de meramente aceitar o marxismo e propor adições, o feminismo deveria transformá-lo na elaboração de uma teorização que partisse do princípio que as relações materiais e sociais de uma formação histórica específica compõem um sistema em que a diferenciação de gênero é um atributo central (Young, 1981).

Os anos 1980 foram marcados pelo afastamento entre feminismo e marxismo. Nessa época, havia poucas exceções analíticas que permaneceram focando no materialismo, sendo o feminismo negro uma delas. Várias autores da TRS identificam que o feminismo negro tem papel fundamental na renovação do feminismo da reprodução social (Ferguson, 2020; Bhattacharya, 2017b; McNally, 2017). Essa perspectiva traz maior complexidade para as análises ressaltando que o trabalho doméstico nem sempre é não remunerado, que nem todas as mulheres entendem que o trabalho que realizam em casa é fonte de opressão e que as mulheres podem ser oprimidas de outras formas que não pelo trabalho doméstico, como é o caso do racismo.

A racialidade é parte da negociação das mulheres com o trabalho reprodutivo. O feminismo negro muda a concepção de

trabalho doméstico ao não associá-lo à maternidade e à figura da dona de casa, mas à servidão e a racialização do trabalho, incluindo o trabalho escravo (Davis, 2016).

O feminismo negro traz desafios cruciais para a compreensão da opressão das mulheres rompendo com a centralidade do trabalho doméstico e apontando na direção de um entendimento sistêmico da exploração das mulheres. O manifesto de 1977 do Coletivo do Rio Combahee (CRC), composto por feministas negras, estabelece que “a política sexual sob o patriarcado é tão perversiva nas vidas das mulheres negras quanto são as políticas de raça e classe. Inclusive, achamos difícil a separação de raça, classe e opressão sexual porque em nossas vidas elas são em geral sentidas simultaneamente” (CRC, 2019, p. 200). O desafio lançado pelo feminismo negro, então, está em compreender como essas categorias da diferença raça, classe e gênero atuam conjuntamente.

3 Em busca de uma teoria unitária: o pensamento de Lise Vogel

Em uma nova tentativa de articular marxismo e feminismo, as teorizações deslocam o foco do trabalho doméstico para analisar a economia política a partir da perspectiva da reprodução social. O trabalho de Lise Vogel é considerado central nesse movimento. Em seu livro de 1983, *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*, Vogel revisita os escritos de Marx para construir uma teoria unitária da reprodução social, capaz de superar a problemática dos sistemas duais de opressão e reconciliar marxismo e feminismo. Neste artigo, essa obra de Vogel é apresentada como um legado essencial que fundamenta as elaborações subsequentes da TRS.

A concepção teórica do marxismo deve ser entendida principalmente como uma lente de análise que visa articular elementos-chave e tendências no plano abstrato. O marxismo, por si só, não oferece um aprofundamento detalhado sobre as particularidades de uma sociedade específica em determinado momento histórico, exigindo, portanto, investigações empíricas e análises políticas contextualizadas.

Na construção de sua elaboração teórica, Vogel parte de duas noções básicas para a concepção de trabalho marxista: a força de trabalho e a reprodução da força de trabalho. Ao identificar a força de trabalho como uma mercadoria especial, necessária para o capitalismo, mas reproduzida de maneira não capitalista, Marx segue seu argumento para indagar o seu valor. É aqui que Vogel (2013) interfere para questionar quais seriam as condições de possibilidade que tornam a força de trabalho disponível para a acumulação capitalista e quais seriam os processos sociais pelos quais a força de trabalho é produzida. Esses questionamentos levam à constatação de que a força de trabalho não é produzida de forma capitalista, mas com base em um sistema de parentesco familiar. Ao contrário de outras feministas que focam na família, para Vogel, o trabalho desempenhado pelas mulheres no âmbito doméstico não é a raiz de sua opressão, mas sim o significado desse trabalho para o capitalismo. A partir desse argumento, é possível constatar que a reprodução e a produção da força de trabalho integram a totalidade capitalista e compõem condição essencial para a reprodução sistêmica do capitalismo.

Vogel (2013, p. 188) indica três acepções gerais para o conceito de reprodução social: atividades que restauram as energias de trabalhadores produtivos tornando possível seu retorno ao trabalho; atividades que mantêm os indivíduos que não trabalham como, por exemplo, crianças, idosos e inválidos; e, atividades que renovam a força de trabalho gerando novos trabalhadores. Ao prestar atenção ao processo geral de reprodução, é possível pensar as múltiplas formas pelas quais as diversas sociedades organizam e gerem suas atividades reprodutivas. Estão implicados no processo de reprodução, em geral, a heterossexualidade, a procriação biológica, formas familiares e substituição geracional. Além disso, várias contradições emergem em virtude da tensão entre as demandas necessárias para a renovação da força de trabalho e a demanda do capital por extração de mais-valor. Podemos observar, por exemplo, a existência de vários períodos em que os trabalhadores ficam impossibilitados de trabalhar e precisam ser sustentados como é o caso de problemas de saúde, invalidez, velhice, gravidez, dentre outros.

A posição da mulher na reprodução social é peculiar tendo em vista sua capacidade biológica de gerar a força de trabalho. É importante ressaltar que não seriam os aspectos biológicos que ditam a opressão das mulheres, mas a necessidade capitalista de garantir a reprodução biológica que é regulamentada publicamente. Sendo assim, a relevância está na organização social da capacidade biológica e não na consideração essencialista da biologia. Vogel (2013) identifica a problemática que gira em torno da necessidade da existência no capitalismo de um âmbito social privado destinado à reprodução biológica e social. A reprodução social é, portanto, desempenhada por indivíduos com corpos diferenciados e, embora a dominação masculina tenha se reforçado, não é possível derivar diretamente da abstração teórica marxista as várias formas e contradições que se manifestam na prática da gestão da reprodução na sociedade de classes. É constatado, então, que o capitalismo é um articulador das diferenças entre os corpos para fins de acumulação.

A partir dessas articulações teóricas, Vogel (2013) oferece uma análise que integra as bases sociais e materiais do sistema de unidades familiares. A forma mais comum de reprodução da força de trabalho tem sido a unidade de parentesco chamada família que desempenha papel importante na reprodução biológica e cotidiana de trabalhadores. As funções desse sistema são desproporcionalmente atribuídas às mulheres e constituem fonte de opressão. Para a autora, a dinâmica capitalista limita as possíveis instituições e práticas da reprodução social. Daí a tendência do capitalismo em continuar reproduzindo a família nuclear e patriarcal. No entanto, do ponto de vista teórico, outros modelos de família não são incompatíveis com a reprodução social, haja visto os casamentos homoafetivos e famílias poliamorosas.

A família pode ser o âmbito privilegiado na renovação individual da força de trabalho, mas isso explica apenas parcialmente as condições pelas quais a força de trabalho pensada em sua coletividade é reproduzida. A família nos leva a pensar em torno de uma lógica privada e individualizante da reprodução cujas condições são sistêmicas. O pensamento de Vogel ilumina também que outros âmbitos além das unidades familiares são importantes

para a reprodução social como hospitais, orfanatos, escolas, organizações comunitárias, prisões, quartéis, dentre outros. Longe de naturalizar aspectos relacionados à reprodução, a análise de Vogel identifica que a esfera reprodutiva está cheia de tensões e contradições que são evidenciadas pelo fato do capitalismo não controlar diretamente esse âmbito.

O trabalho de Vogel tem impacto significativo na medida em que rebate a concepção de sistemas duais. Vogel corrige ainda a acepção de que o trabalho doméstico é um trabalho produtivo que gera mais-valor. Afinal, a reprodução social seria um âmbito relacionado, mas diferente do âmbito produtivo no qual a exploração do trabalho gera mais valor. Outro argumento rebatido por Vogel é de que o trabalho doméstico e os homens seriam a fonte de opressão das mulheres. Pela ótica da reprodução social, a opressão das mulheres é sistêmica e fundada na relação contraditória entre capitalismo e a esfera reprodutiva.

4 Um feminismo para os 99%: a renovação do feminismo da reprodução social

Mesmo que o trabalho de Vogel não tenha recebido a devida atenção no tempo de sua publicação, foi recuperado tempos depois por um grupo de autoras como, por exemplo, Tithi Bhattacharya, Susan Ferguson e Cinzia Arruzza, que investiu na renovação do feminismo da reprodução social. Um novo impulso para a articulação dessa teoria foi dado pela crise financeira de 2008 que trouxe interesse renovado no marxismo (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). Tithi Bhattacharya (2021) avalia que a (re)descoberta da obra de Vogel no contexto de crescimento do neoliberalismo, é crucial. Isso porque, tendo em vista a ausência ou a diminuição dos níveis empregos formais promovida pelo neoliberalismo financeirizado, há maior disposição em compreender as relações entre reprodução e produção, assim como em conceber as possibilidades de luta não só na esfera produtiva, como também na arena da reprodução. Dessa forma, o feminismo da TRS se coloca como um feminismo anticapitalista que promova a transformação social ampla.

A TRS lança luz sobre a rede complexa de processos sociais e relações humanas que produzem as condições de existência da força de trabalho interrogando os processos que permitem que o trabalhador chegue ao seu local de trabalho todos os dias para produzir a riqueza da sociedade (Bhattacharya, 2017b). Ao lançar um olhar sobre a força de trabalho como mercadoria *sui generis*, a TRS pode ser considerada um pensamento sobre a economia política da força de trabalho. Bhattacharya (2017b) elabora que o questionamento central da TRS pode ser articulado da seguinte maneira: se a totalidade do sistema capitalista é atravessada pela mercadoria força de trabalho, que não é produzida da mesma forma que as demais, quais são os pontos de determinação e contradição que constituem e/ou são superados pelo sistema capitalista?

Essa premissa direciona a atenção para aspectos como as condições de vida mais imediatas englobando moradia, alimentação, tempo de descanso, mas também aspectos sociais mais amplos como, por exemplo, educação, empregabilidade, sistema de transporte público, locais públicos de lazer, dentre outros. A reposição geracional, por sua vez, não é apenas realizada pelas famílias, mas também acontece via escravidão e migrações, o que faz com que seja importante levar em conta os fluxos populacionais e diferenças entre os territórios do mundo.

Sendo assim, a problemática sobre o que é a reprodução social é apenas preliminar porque sua definição não é algo pontual, mas abrange um projeto de investigação. Ou seja, o objetivo não é prover uma definição do que é a reprodução social, mas como se manifesta como processo na manutenção da vida na totalidade capitalista.

Ressaltamos duas das contribuições dadas pelas TRS, a primeira, a expansão da teoria marxiana do valor considerando as diversas formas de opressão e diferenciação da classe trabalhadora; e a segunda, a renovação da totalidade social cuja composição engloba tanto a produção quanto a reprodução. Além desses aspectos, a TRS oferece ainda uma concepção ampliada de economia e, portanto, da compreensão de como a vida é perpassada pela dinâmica de acumulação capitalista.

4.1 A teoria da reprodução social e a teoria marxiana do valor

Como dito, a ideia fundamental da TRS é que o trabalho humano está na base da criação e reprodução da sociedade como um todo recuperando a premissa de Marx de que o trabalho é a chave basilar de toda a história humana. Interessante notar que o foco de Marx na mercadoria revela como o trabalho abstrato e o valor de troca invisibiliza o trabalho social humano (trabalho concreto) fazendo com que, de forma geral, o aspecto social também seja invisibilizado e, conseqüentemente, apreendido como uma relação entre coisas. Esse processo de abstração acontece não somente com as mercadorias produzidas, mas com a própria força de trabalho que também se torna uma mercadoria. A produção da mercadoria força de trabalho, porém, não passa pelo mesmo processo de necromancia das demais mercadorias. O trabalhador necessita comer, dormir, além de outras coisas mais subjetivas como lazer. Ou seja, a (re)produção do trabalho humano requer uma grande quantidade de trabalho familiar e comunitário que é imprescindível e desempenhado por outros seres humanos. De maneira contraditória, porém, o capitalismo somente reconhece como legítimo o trabalho produtivo e assalariado naturalizando e/ou invisibilizando os demais trabalhos.

A investigação da força de trabalho como mercadoria revela processos essenciais da reprodução para o funcionamento do capitalismo, renovando o entendimento da totalidade. Emerge daí a necessidade de considerar a relação entre o trabalho que produz as mercadorias (produção) e o trabalho que produz as pessoas (reprodução) como parte do mesmo todo. A partir disso, a TRS propõe ampliar o conceito de economia, rompendo com a distinção entre política e economia e retirando a economia do âmbito do pensamento meramente técnico e distributivo.

A TRS não é apenas um esforço teórico de pensar as relações dentro e fora do mercado no capitalismo, mas também de desenvolver a teoria marxiana do valor-trabalho em uma direção específica, qual seja a de entender como categorias de opressão são co-produzidas simultaneamente à produção de mais-valor (Bhattacharya, 2017b). O objetivo é sair do reducionismo de classe

em que por vezes o marxismo é relegado e expor a totalidade orgânica do capitalismo como um sistema unitário. Explicar as relações sociais concretas e as histórias de luta na reprodução da força de trabalho tem o potencial de forjar uma solidariedade robusta de classe. Ademais, a investigação do trabalho concreto combate a ilusão da igualdade propagada pela disseminação do trabalho abstrato.

A teoria do valor é base fundamental da crítica elaborada por Marx para a compreensão da sociedade capitalista (Jappe, 2006, p. 16). Para Marx (2011), a mercadoria possui um aspecto qualitativo, valor de uso; e, quantitativo, valor de troca. O valor de uso é a qualidade que a mercadoria possui de satisfazer uma necessidade e o valor de troca é relativo ao tempo de trabalho destinado a produzi-la. A teoria marxista do valor diz respeito à natureza da riqueza no capitalismo que está relacionada à propriedade social da mercadoria. Nesse sentido, o valor compreende a riqueza mercantil que a sociedade reconhece em sua existência e constitui expressão, na mercadoria, das relações sociais existentes. O valor não é trabalho, embora encontre nele seu fundamento, em permanente processo de desenvolvimento, que se relaciona ao desenvolvimento de relações mercantis na sociedade. Quanto mais complexas se tornam as relações sociais no capitalismo, mais distantes, não transparentes e automatizadas se tornam as relações entre trabalho e trabalhadores.

No capitalismo, os integrantes da sociedade devem ser capazes de se reproduzirem materialmente sem, no entanto, produzirem para si mesmos, mas para a troca. Na troca, os produtos do trabalho adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada de sua objetividade de uso, sensivelmente distinta. Sendo assim, os trabalhos privados assumem um duplo caráter: de um lado, satisfazem necessidades sociais; e, de outro, satisfazem a necessidade de seus múltiplos produtores na medida em que cada trabalho particular torna-se intercambiável. Esse é o conceito de trabalho abstrato, tendo em vista que a igualdade entre diferentes trabalhos só existe na abstração de sua desigualdade real, ou seja, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho. O trabalho abstrato pode

ser entendido, então, como uma “geleia” que concentra trabalho humano indiferenciado que só conhece diferenças quantitativas (Marx, 2011, p. 208). No entanto, o trabalho abstrato é aquele que se torna realidade na esfera visível da circulação apagando o trabalho concreto.

Dessa forma, podemos concluir que o trabalho abstrato é o que torna as mercadorias comensuráveis e trocáveis. A mercadoria no capitalismo aparenta ser trivial, porém, guarda um mistério. Esse mistério não está relacionado à sua capacidade de satisfazer necessidades humanas, mas à forma como promove a objetivação do caráter social do trabalho. Dessa maneira, transforma a relação social dos produtores com o trabalho total em uma relação social entre objetos (Marx, 2011, p. 206). A forma mercadoria é, portanto, uma relação social que assume a forma de uma relação entre coisas.

A mercadoria, por conseguinte, é a unidade de duas determinações da mesma coisa que são diferentes e se excluem simultaneamente. Tal existência dupla bifurca-se entre aparência técnico-material e essência histórico-social. Como coloca Jappe (2006, p. 35), “o valor de uso é o contrário do valor, o trabalho concreto é o contrário do trabalho abstrato, o trabalho privado é o contrário de trabalho social”. Na inversão que caracteriza a mercadoria, o concreto torna-se simplesmente o portador do abstrato e só tem existência social na medida em que serve ao abstrato. Esse não pode adquirir uma forma sensível, senão de modo indireto na relação de uma mercadoria com a outra. Atividades desiguais por natureza são equiparadas por meio do dinheiro. Sendo assim, a forma dinheiro é a consequência da forma mercadoria. Em sua circulação, o valor torna-se sujeito automatizado de sua própria valorização pela qual dinheiro gera mais dinheiro permitindo a acumulação capitalista. O concreto particular é abandonado em busca da infinita intercambialidade e universalidade abstrata em que o equivalente universal é o dinheiro (McNally, 2017).

Como consequência da teoria do valor, o processo de produção social emerge como uma relação entre coisas e os fenômenos sociais aparecem como autônomos. Categorias como valor, dinheiro, capital e classe são consideradas como dadas quando,

na verdade, representam processos constantes de formação de relações sociais. Nesse sentido, os movimentos das categorias econômicas que aparentam autonomia são construções sociais que se impõem sobre os seres humanos promovendo uma inversão: a objetificação do sujeito e subjetivação do objeto que ganha vida própria.

O capital possui a tendência a subsumir completamente o trabalho e destituí-lo de subjetividades específicas e múltiplas por meio do trabalho abstrato, o que entra em contradição com a sua dependência do trabalho concreto. No entanto, como problematiza a TRS, o funcionamento do capitalismo pressupõe um circuito fora de si mesmo em que os trabalhadores consomem e se reproduzem. Portanto, a existência e a vida concreta são irredutíveis ao capital. O âmbito da reprodução social está fora do âmbito em que ocorre a exploração capitalista direta, apesar de ser perpassado por suas influências tendo em vista que as formas de exploração impactam nas condições gerais de vida. A reprodução social da classe trabalhadora apresenta uma contradição dentro da lógica de funcionamento do capitalismo. A reprodução dos trabalhadores não acontece plenamente no capitalismo, pois o capitalismo busca a valorização do próprio capital e não, o desenvolvimento social do trabalho. Como afirma Marx (2011), o desenvolvimento do capitalismo acontece solapando as fontes de toda a riqueza: a natureza e o próprio trabalhador.

Para Marx (2011, p. 312), a força de trabalho é a capacidade de trabalho vivo, é “o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um indivíduo e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. A especificidade do capitalismo enquanto modo de produção é que a forma dominante de exploração do trabalho acontece via mercantilização da força de trabalho. Isso não é um dado natural, mas histórico. A venda da força de trabalho só se torna uma realidade quando colocada em ação pelo processo de trabalho, antes disso é ainda valor de uso. Marx deixa em aberto, porém, os processos de restauração dessa força de trabalho, como se lê:

Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito a sua saúde e força. A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. (...) Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral (Marx, 2011, p. 317).

Marx afirma a importância de considerar os aspectos histórico e moral na elucidação dos parâmetros de reprodução social dos trabalhadores. Nesse sentido, deixa muito ainda por ser examinado em relação a esse processo. A reprodução da força de trabalho não é uma questão simples, mas indicativa de uma complexa totalidade sob as aparências da noção restrita de trabalho produtivo. Há uma capilaridade de relações sociais que se estabelecem na questão da reprodução que estão inseridas em um sistema social mais amplo sustentado e produzido pelo trabalho humano de forma co-constitutiva e contraditória.

Apesar de reconhecer a interdependência entre produção e reprodução, Marx não teoriza sobre a relação entre o valor da força de trabalho, as necessidades do trabalhador e como isso afeta o mais valor. Ou seja, não teoriza sobre o circuito da reprodução, limitando-se a estabelecer que a manutenção e a reprodução da classe trabalhadora permanece sendo uma condição necessária para o capital, mas que o capitalista confia ao instinto de autopreservação do trabalhador. No circuito de produção, a força de trabalho é um meio de produção para a reprodução do capital ou sua valorização. No circuito da reprodução, o trabalhador consome mercadorias como valores de uso para se reproduzir em um processo de autotransformação. O objetivo desse circuito não é a valorização do capital, mas o autodesenvolvimento do trabalhador que não se restringe à reprodução biológica, mas inclui necessidades sociais que estão em constante disputa entre a pressão do

capital para a geração de mais valor e a do trabalhador. É preciso ter em mente que todo o processo no capitalismo existe para a valorização do próprio capital e não do trabalhador. Por isso, a reprodução social desponta como um campo importante de lutas.

Ao tomar como ponto de partida a força de trabalho, a TRS busca analisar como opressões que envolvem gênero, raça, sexualidade, dentre outras, se articulam à lógica de exploração no capitalismo aprofundando a compreensão do capital como uma relação social. Ao entender as motivações da opressão como parte da totalidade, busca ir além das explicações funcionalistas que se limitam a identificar que as opressões cumprem a função de desvalorização da força de trabalho no capitalismo. Embora de fato atuem na precarização e desvalorização da força de trabalho, a TRS argumenta que as diversas formas de opressão são aspectos estruturantes do próprio capitalismo. O processo de acumulação capitalista, portanto, não é alheio às categorias da diferença, pelo contrário, é campo fértil para sua articulação. Longe de serem marginais ou meramente adições à opressão de classe, as diferenças são inseparáveis da reprodução da força de trabalho. Sendo assim, a TRS reconhece a diversidade da classe trabalhadora como multi-étnica e multi-gênero, abrigando subjetividades diversas.

Ao considerar a análise do trabalho concreto e dos corpos que trabalham, a TRS busca incluir em sua análise a perspectiva da multiplicidade de opressões lançada pelo feminismo negro. A TRS, porém, critica a premissa da perspectiva interseccional que considera as relações de opressão como constituídas de forma independente podendo serem cruzadas em circunstâncias específicas. Essa é a interpretação do conceito de interseccionalidade que predominou desde a publicação de Crenshaw (1989), porém, ao não conceber a lógica em que essas interações acontecem, tudo parece estar reduzido a um jogo constante de interações.

4.2 A proposição de uma totalidade unitária

O conceito de totalidade em Marx (1978) requer muito mais do que a consideração do objeto de pesquisa como integrante de um todo interligado. O concreto real do qual parte o pensamento engloba um todo caótico. Faz-se necessário, então, que o

pesquisador transponha esse caos para apreender uma totalidade dinâmica composta por relações diversas e mutáveis. É nesse movimento que o concreto real se torna concreto efetivo. Como resultante, teríamos o surgimento da totalidade. A totalidade histórica, portanto, não é o ponto de partida do pesquisador, mas emerge do próprio processo de pesquisa na medida em que o todo caótico, concreto real, é destrinchado em suas determinações mais simples e se torna o concreto efetivo em sua síntese.

O conceito de totalidade possui implicações ontológicas importantes. A totalidade torna-se concreta nas diferenças que estão dentro dela ao mesmo tempo em que cada parte carrega o todo, ou seja, sua reprodução é impossível fora do todo. A totalidade não constitui, portanto, abstrações do concreto que denotam diversidade e multiplicidade. Pelo contrário, totalidades são constituídas por processos dinâmicos da vida real. Esse aspecto é o que distingue a abstração universal, típica da lógica formal, da compreensão dialética que une sem suprimir as totalidades parciais que a constituem. Dessa forma, a totalidade social existe por meio de mediações pelas quais as totalidades parciais se conectam de maneira dinâmica.

Por essa concepção, o concreto adquire um duplo caráter sendo ao mesmo tempo uma categoria mental e uma formação social existente. Na observação de Himani Bannerji (2005, p. 153), a concretude é uma determinada forma social de existência concretizada por relações sociais específicas e mediada por práticas e formas de consciência. É uma concepção fluida e dinâmica criada por sujeitos em um espaço-tempo específico indicativa de uma complexidade constitutiva e de natureza processual. A tarefa do método, portanto, é sair sempre do fetiche do real e retomar o concreto como a síntese de múltiplas determinações.

Segundo Susan Ferguson (2017), ao considerar o trabalho como corporificado, o feminismo da reprodução social oferece uma concepção do trabalho como unidade diversa. A diversidade está nas diferenciações de gênero, raça, sexualidade, dentre outras, mas o trabalho reprodutivo é também um momento unificador, tendo em vista que esses corpos diversos que trabalham participam da reprodução de uma realidade social compartilhada. Sendo assim, ontologicamente “tudo é socialmente mediado, não

há trabalho fora do gênero, raça ou capacidade, assim como não há gênero fora da raça, do trabalho e da sexualidade” (Ferguson, 2017, p. 30).

De acordo com a TRS, a separação espacial entre produção (de valor) e reprodução (da força de trabalho) é apenas uma forma de aparência em contradição a sua essência, tendo em vista que esses âmbitos estão interligados. A TRS propõe que produção e reprodução devem ser pensadas de maneira integrada e não tomando como ponto de partida a separação casa-trabalho.

A renovação do materialismo histórico empreendida por estudiosas da reprodução social, enfatiza o trabalho social como atividade prática humana que, como vimos, ocorre por meio de corpos concretos em relações espaço-temporais também concretas. Dessa forma, a TRS amplia os sentidos da luta de classes para a esfera da reprodução e a diversidade de sujeitos. Essa ampliação rebate o problema do protagonismo da luta de classes ter sido considerado restrito ao proletariado, masculino em sua maioria, e ao âmbito produtivo, ou seja, articulando apenas os trabalhadores assalariados. Historicamente, a mulher não foi considerada sujeito revolucionário *per se*, em virtude da “questão da mulher” ser considerada secundária à libertação da classe. Em contraste, Bhattacharya (2013) nos lembra que dois dos maiores episódios de luta na história do operariado, as revoluções francesa e russa, começaram fora da esfera da produção como motins por comida iniciados por mulheres, o que demonstra o papel fundamental da reprodução social na estabilização social.

A proposta da TRS é, então, recolocar a classe trabalhadora como sujeito revolucionário, a partir de uma compreensão ampla e reconsiderar a luta de classes para que abranja mais do que a luta por salários e condições de trabalho. Para Bhattacharya (2017a), é difícil compreender por qual motivo apenas a luta econômica por salários e benefícios se tornou epítome da luta de classes. A autora denuncia que ao longo do tempo os sindicatos estreitaram bastante o escopo de suas lutas concentrando-se apenas em avanços trabalhistas. Isso contrariaria o que havia sido colocado pelo próprio Marx que, em declaração na Primeira Internacional, afirmou que os sindicatos: “must now learn to act deliberately as

organizing centers of the working class in the broad interest of its complete emancipation. They must aid every social and political movement tending in that direction” (Marx apud Bhattacharya, 2017a, p. 85).

Todo movimento social e político que acene na direção de ganhos para a classe trabalhadora como um todo deve ser considerado parte da luta de classes. Sendo assim, diferentes tipos de luta podem surgir em torno da reprodução social para além da luta por salários e melhores condições de trabalho. Na era do neoliberalismo, podemos observar um enfraquecimento dos sindicatos em contraste aos movimentos sociais que lutam por melhores condições de vida (Bhattacharya, 2017a, p. 86).

Essas considerações ajudam a desvelar os aspectos concretos do trabalho e convergem na constatação, tão cara para o feminismo, do corpo e da diversidade do corpo dos trabalhadores e trabalhadoras. Mesmo que o capitalismo tente aniquilar o espaço pelo tempo, é circunscrito e limitado pelo espaço e trabalho concretos (McNally, 2017) desempenhado por corpos concretos. Faz-se necessário, então, pensar todas as relações, capitalistas ou não, que esse corpo toma parte.

Podemos resumir as contribuições da TRS a partir de sua leitura marxiana como o entendimento de que produção e reprodução integram a mesma totalidade social o que nos leva à investigação das formas sistêmicas pelas quais se relacionam e que desvelam o “elo perdido” da reprodução. Ademais, a TRS busca a análise empírica do trabalho desempenhado de forma concreta, o que promove um encontro da diversidade da classe trabalhadora marcada pela diferença. Por fim, há a ampliação da concepção de economia e da concepção de classe trabalhadora abrangendo não apenas os sujeitos do trabalho assalariado.

5 Conclusão

O artigo buscou apresentar e discutir a TRS a partir das ideias de Lise Vogel e sua renovação contemporânea. O ponto basilar da TRS é a constatação de que a força de trabalho, que se torna uma mercadoria no capitalismo, não é produzida da mesma forma

que as demais. Enquanto a produção de mercadorias no capitalismo implica na invisibilização do trabalho social humano transformando-o em trabalho abstrato, a força de trabalho não passa por esse processo. Isso porque o trabalhador precisa satisfazer suas necessidades básicas como comer, dormir e descansar que são processos mediados socialmente. Sendo assim, o trabalhador é uma mercadoria singular no capitalismo na medida em que não se reproduz de forma capitalista. A reprodução social interroga, portanto, o que torna possível a sobrevivência da força de trabalho e, conseqüentemente, do próprio sistema capitalista. A TRS ajuda a desvelar que por trás das instituições visíveis do capitalismo como produção, troca e sistema financeiro, estão os suportes que tornam sua existência possível: famílias, comunidades, natureza.

A reprodução social é essencial para que as relações de produção possam ocorrer, já que abrange a sustentação dos seres humanos. Portanto, é fundamental que esteja no centro das análises sobre o mundo contemporâneo que abriga múltiplas crises sistêmicas afetando os âmbitos econômico, ecológico, político e da reprodução social.

A perspectiva da TRS, ao conjugar produção e reprodução, gera uma análise mais acurada da conjuntura. O contexto neoliberal e financeirizado promove o disciplinamento de Estados e povos para que atendam aos interesses dos investidores privados. A retração na oferta de serviços públicos degrada as condições de vida e ocasiona uma crise generalizada do cuidado. Observamos, assim, a exacerbação da contradição entre vida e capital e o reforço da submissão da vida aos mercados. Nesse processo, ocorre o esgotamento da natureza e das capacidades coletivas para sustentar laços sociais. Ademais, o trabalho mal remunerado e precário torna-se o padrão.

Para além de diagnosticar as raízes profundas da crise contemporânea, a reprodução social é também um campo de luta. Questões como a uberização do trabalho, o endividamento das famílias, a feminização da produção alimentar, a crise do cuidado intensificada após a pandemia de COVID-19 e o ressurgimento de lógicas fascistas de exclusão racial e de gênero são exemplos de fenômenos sociais que podem ser mais bem compreendidos por

meio da TRS. A TRS revela como esses fenômenos estão interconectados, evidenciando que suas dinâmicas decorrem das contradições estruturais do capitalismo, que impactam tanto a produção quanto a reprodução da vida.

O trabalho de Lise Vogel e das feministas da TRS, portanto, promovem um pensamento integrado da totalidade que coloca a vida no centro e impulsiona à formação de laços amplos de luta e solidariedade para fazer frente à força centrípeta do capitalismo que suga tempo e recursos para o lucro e não, para o bem viver.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, p. 39-60, 2017.

ARRUZZA, Cinzia. **Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios**. Lisboa: Edições Combate, 2010.

BANNERJI, Himani. Building from Marx: Reflections on Class and Race. **Social Justice**, San Francisco, v. 32, n. 4, p. 144-160, 2005.

BEBEL, August. **Woman and socialism**. New York: Socialist Literature, 1910.

BENSTON, Margaret. The political economy of women's liberation (1969). **Monthly Review**, New York, sep. 01, 2019. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2019/09/01/the-political-economy-of-womens-liberation/>>. Acesso em: 27 mai. 2023.

BHATTACHARYA, Tithi. Lise Vogel (1938-) and Social Reproduction Theory. In: CALLINICOS, Alex. KOUVELAKIS, Stathis. PRADELLA, Lucia (eds). **Routledge handbook of marxism and post-marxism**. New York: Routledge, 2021.

BHATTACHARYA, Tithi. How not to skip class: social reproduction of labour and the global working class. In: BHATTACHARYA, Tithi (ed.). **Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression**. London: Pluto Press, 2017a.

BHATTACHARYA, Tithi. Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi (ed.). **Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression**. London: Pluto Press, 2017b.

BHATTACHARYA, Tithi. What is social reproduction theory? **Socialist Worker**, Chicago, sept. 10, 2013. Disponível em: <<https://socialistworker.org/2013/09/10/what-is-social-reproduction-theory>>. Acesso em: 15 out. 2023.

COLETIVO do Rio Combahee (CRC). Manifesto do Coletivo Combahee River (1977). **Plural**, São Paulo, v. 26. n. 1, p. 197-207, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. Salários contra o trabalho doméstico (1975). In: FEDERICI, Silvia (org.). **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERGUSON, Susan. **Women and work: feminism, labour and social reproduction**. London: Pluto Press, 2020.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, p. 13-38, 2017.

FERGUSON, Susan. MCNALLY, David. Introduction: Capital, Labour-Power, and Gender-Relations. In: VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory**. 2ª ed. Boston: Brill, 2013.

HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. In: SARGENT, Lydia (ed.). **Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism**. Montreal: Black Rose Books, 1981.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor**. Lisboa: Antígona, 2006.

KOLLONTAI, Alexandra. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea (1908). In: SCHNEIDER, Graziela (org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MCNALLY, David. Intersections and dialectics: critical reconstructions in Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi (ed.). **Social Reproduction Theory: remapping class, recentering oppression**. London: Pluto Press, 2017.

SARGENT, Lydia. New left women and men: the honeymoon is over. In: SARGENT, Lydia (ed.). **Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism**. Montreal: Black Rose Books, 1981.

VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory**. 2ª ed. Boston: Brill, 2013.

YOUNG, Iris. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. In: SARGENT, Lydia (ed.). **Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism**. Montreal: Black Rose Books, 1981.

ZETKIN, Clara. For the liberation of women (1889). In: FONER, Philip (ed.). **Clara Zetkin: selected writings**. Chicago: Haymarket Books, 2015.